

Diário da Serra

O DIA-A-DIA DA NOTÍCIA

JORNAL DIÁRIO DA SERRA
Propriedade da **AJOTA**
ASSOCIAÇÃO JORNALÍSTICA DE TANGARÁ DA SERRA
CNPJ: 29.464.235/0001-16
ISSN 22386467

REDAÇÃO
DIREÇÃO DE JORNALISMO
Fabiola Tormes Homsí (DRT-MT 1302)

CONTATO
ds@diariodaserra.com.br

Envie Pautas, Fotos Sugestões e Vídeos
para o **whatsapp** do **DIÁRIO DA SERRA**
(65) 3326-4724 

www.diariodaserra.com.br
www.ds.jor.br



DEPARTAMENTO COMERCIAL
PUBLICIDADE ASSINATURA
PUBLICIDADE LEGAL
Associação Jornalística de Tangará da Serra - AJOTA
SERVIÇOS GRÁFICOS
E. Tormes e Cia. LTDA
CNPJ: 14.048.123/0001-07
CONTATO: adm@diariodaserra.com.br
Fone: (65) 3326-4724

ENDEREÇO: Av. Tancredo Neves - 1247 W - Parque
Mansões - 78302-028 Tangará da Serra-MT
Fundado em 11 de novembro de 1996
Edição online desde 06 de setembro de 1997

TIRAGEM:1 MIL EXEMPLARES
CIRCULAÇÃO: Tangará da Serra, Nova Olímpia, Barra do Bugres, Porto Estrela, Campo Novo do Parecis, Sapezal, Denise, Arenápolis, Nortelândia e Santo Afonso.

CENTRAL DO ASSINANTE:   /jornalds
(65) 3326-4724 

CURTAS//

SELETIVO

A Unemat abriu processo seletivo simplificado unificado para a formação de cadastro de reserva para atendimento dos campi universitários. O certame oferece um total de 212 vagas para o cargo de Professor da Educação Superior, com contratação temporária. As inscrições são gratuitas e devem ser feitas de 12 a 21 de maio.

UNEMAT

Quando contratados, os docentes cumprirão uma jornada de trabalho de 20 horas semanais, com remuneração de acordo com a titulação, sendo R\$3.608,72 para professores graduados, R\$6.712,20 para profissionais mestres e R\$8.300,05 para doutores. A carga horária poderá ser ajustada conforme a necessidade dos cursos de graduação.

APROVADO

Os deputados estaduais aprovaram em segunda votação o projeto de lei para diminuir o preço do diesel e manter o congelamento Fethab até o fim do ano. Na prática, os parlamentares aprovaram a adesão do Estado de Mato Grosso à cooperação financeira com a União para subsidiar uma parte da alíquota do óleo diesel, dado o aumento nos preços.

ARTIGO//

Justiça do Trabalho prioriza mães em novo regime processual

A Justiça do Trabalho passou a reconhecer, de forma expressa, a urgência que envolve os processos de mulheres em período de maternidade. Resolução do Conselho Superior da Justiça do Trabalho instituiu a tramitação preferencial para ações que envolvam gestantes, lactantes e puérperas em todo o país. A medida alcança o primeiro e o segundo grau de jurisdição e representa um avanço relevante ao considerar que o tempo do processo pode impactar diretamente direitos essenciais dessas mulheres, como estabilidade no emprego, verbas rescisórias e condições dignas de trabalho. Do ponto de vista jurídico, a norma se fundamenta em princípios constitucionais como a dignidade da pessoa humana e a proteção à maternidade e à infância, além de dialogar com compromissos internacionais assumidos pelo Brasil.

A importância dessa medida vai além do plano normativo. Dados recentes do Ministério do Trabalho mostram que a maternidade ainda representa um ponto crítico na permanência das mulheres no mercado de trabalho. Entre 2020 e 2025, cerca de 380 mil mulheres foram demitidas sem justa causa após o término da licença-maternidade,

além de 265 mil pedidos de demissão e milhares de rescisões por acordo. Os números revelam um padrão preocupante: mesmo após o período de estabilidade legal, que vai da confirmação da gravidez até cinco meses após o parto, muitas mulheres enfrentam dificuldades para se manter no emprego. Além disso, nos últimos cinco anos, esse cenário traz indícios de discriminação estrutural já que apontam um aumento de 80% nas denúncias relacionadas à maternidade. Nesse contexto, a prioridade processual surge como instrumento relevante de proteção. Ao acelerar o andamento das ações, a Justiça do Trabalho busca reduzir os impactos que a demora judicial pode causar em situações já marcadas por vulnerabilidade econômica, física e emocional. Na prática, a tramitação preferencial não será automática. Caberá ao magistrado avaliar, em cada caso concreto, a pertinência da prioridade, considerando fatores como a natureza da demanda e a situação de saúde da mãe e da criança. A operacionalização da medida também foi estruturada. O Processo Judicial Eletrônico (PJe) contará com campo específico para identificação dessas situações, permitindo que a prioridade seja reconhecida desde o ajuizamento da ação ou em qualquer fase processual. Para a advocacia, a mudança exige postura mais estratégica. Processos com tramitação mais célere demandam atuação

técnica consistente desde o início, com produção probatória robusta e acompanhamento rigoroso dos prazos, reduzindo riscos decorrentes da aceleração do rito. Sob a perspectiva da trabalhadora, a medida contribui para ampliar o acesso efetivo à Justiça. Em um cenário em que a maternidade ainda pode representar um fator de exclusão ou fragilização profissional, a resposta mais rápida do Judiciário se torna elemento essencial para a concretização de direitos. Ainda que a legislação trabalhista já assegure garantias importantes, como a estabilidade provisória da gestante, a ausência de uma política uniforme de prioridade processual deixava lacunas na efetividade dessas proteções. A nova resolução, portanto, não apenas organiza o fluxo processual, mas reforça o papel da Justiça do Trabalho como instrumento de equilíbrio em relações marcadas por desigualdade. Trata-se, em última análise, de reconhecer que, em determinadas situações, o tempo do processo também é um fator de justiça.

Valéria Lima, advogada especialista em Direito Previdenciário, Regime Geral (iniciativa privada) e Próprio (servidores públicos), MBA em Gestão de Pessoas e membro do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP).



“INSETOS NA FEIRA” CHEGA À 4ª EDIÇÃO E REFORÇA MANEJO SUSTENTÁVEL

A Feira do Produtor de Tangará da Serra recebe neste domingo, 10, a quarta edição do projeto “Insetos na Feira – Manejo de Pragas Agrícolas”. A ação ocorre das 7h às 11h e é desenvolvida por acadêmicos do 3º semestre de Agronomia da Unemat, como parte da Semana de Extensão da instituição.

O projeto tem como objetivo aproximar o conhecimento científico da realidade do campo, a partir de diagnósticos realizados diretamente nas propriedades rurais. “Os alunos vão até as áreas, identificam as pragas em culturas como mandioca, maracujá, couve, milho, pastagens e citros, e conversam com os produtores para entender o que está limitando a produção”, explica a professora coordenadora, Mônica Jose-ne Barbosa Pereira.

Com base nesses levantamentos, os estudantes desenvolvem propostas de manejo adaptadas a cada situação. “Eles levam esses problemas para a sala de aula e, a partir dos conteúdos trabalhados, constroem estratégias viáveis para o controle das pragas”, afirma.

Durante a feira, os resultados



serão apresentados de forma prática, com uso de banners, insetos em exposição e amostras de plantas atacadas. A proposta é facilitar a identificação das pragas e orientar os produtores sobre formas de controle.

Segundo a professora, a iniciativa também incentiva práticas mais sustentáveis. “Buscamos alternativas que reduzam o uso excessivo de agrotóxicos, priorizando métodos eficientes e com menor impacto ambiental”.

Além de beneficiar os produtores, o projeto contribui para a formação dos acadêmicos, ao promover contato direto com as demandas do campo e fortalecer a relação entre universidade e comunidade.